

Entrevista / Joana Monteiro

Segurança pública em frente e verso

Public safety front and back

PATRÍCIA BURLAMAQUI

TÂNIA PINC

Ela é economista — com graduação, mestrado e doutorado na área —, mas se tornou especialista em pesquisas sobre impactos de políticas de segurança, análise da criminalidade e estrutura de grupos criminais violentos. Joana da Costa Martins Monteiro é professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas e coordenadora do Centro de Ciência Aplicada à Segurança (CCAS) da FGV. Tendo atuado como diretora-presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro de 2015 a 2018 e como coordenadora do Centro de Pesquisa do Ministério Público do mesmo estado em 2019 e 2020, Joana Monteiro tem uma visão privilegiada sobre os graves problemas da segurança no Rio de Janeiro e mesmo no Brasil. “Se tem alguma coisa que eu aprendi no governo é que sem liderança não há o que os outros possam fazer. Se ela estiver neutra talvez a gente consiga. Se ela não quiser, não tem como”, afirma. Detentora de vasta experiência acadêmica, atuando como professora visitante na Universidade de Chicago (2023) e como pesquisadora visitante nas universidades de Columbia (2021-2022) e de Harvard (2009-2012), Joana Monteiro se diz impressionada com a deficiência de formação do policial fluminense. Ao contar cenas dos bastidores da gestão pública, não faz simples anedota, mas mostra de forma prática alguns dos desafios dos governos nessa área tão espinhosa. A entrevista, conduzida pelas organizadoras do dossiê “Segurança pública: comportamento dos atores políticos e sociais na formulação e implementação de políticas públicas” (Patricia Burlamaqui e Tânia Pinc), foi concedida de forma virtual, pela plataforma Zoom, no dia 06 de setembro de 2023. Confira.

Terceiro Milênio: Gostaríamos de começar falando de sua trajetória profissional. A sua formação é em economia, com mestrado e doutorado em economia pela PUC-Rio. Quando a segurança pública passou a ser tema de pesquisa para você? E quais foram suas influências?

Joana Monteiro: Eu sou em economia o que a gente chama de microeconomista aplicada, que é uma abordagem bastante empírica da econometria. Parte da minha tese de doutorado foi sobre o tema da segurança: eu escrevi um artigo sobre o efeito dos conflitos de facções do Rio de Janeiro sobre as escolas. Foi um tema que eu comecei a fazer por dois motivos. Um deles foi para explorar o que a gente aprende em economia. Esse tipo de formação é aquele que a gente foca muito no método para avaliar programas e identificar causalidades, ou seja, quando você tem um teste para dizer que X influenciou Y. E, para isso, a gente busca uma abordagem que é muito oportunística: às vezes você vai ter teste, experimentos naturais ou programas que são implementados de forma que permita aplicar certos métodos, e outras vezes não. Mas idealmente estamos em busca de um choque de uma variável para ver o efeito dela sobre outra. Então, no doutorado em economia a gente fica, praticamente, buscando temas para aplicar esses métodos. Cada um vai buscar o tema que interessa, com que tenha alguma afinidade.

Daí o segundo motivo de interesse pelo tema da segurança. Eu cresci no Rio de Janeiro, no bairro do Rio Comprido, em uma rua que era subida do Morro do Turano, que é uma favela controlada pelo Comando Vermelho e que nos anos 1990, na minha juventude, era bastante conflituosa. Tinha muito tiroteio, algo em torno de três vezes por semana. Minha casa ficava a 100 metros da entrada oficial da favela, onde tinha gente armada. Por mais que fosse uma área segregada, eu não subia; só fui subir com 30 anos de idade e depois quando não morava mais lá. A gente sabia que os picos de violência aconteciam quando havia disputas entre facções ou quando a polícia entrava naquela área. Enquanto moradora, era impossível prever: os conflitos poderiam acontecer em qualquer dia da semana e em qualquer hora. Então, isso permitia ver o choque de violência sobre alguma variável. E qual variável era essa? Qualquer coisa que pudesse medir uma mudança de comportamento humano sobre alguma coisa.

Quando fazemos isso em economia procuramos grandes bases de dados para ver efeitos sistemáticos padrões. Então, veio a ideia de avaliar o choque de violência sobre a educação,

porque no Rio temos uma rede de educação muito grande, com diferentes níveis de exposição. Existem escolas situadas dentro, na beira e longe das áreas conflagradas; e isto proporciona muita variação para medir o efeito da violência. Uma vez que eu pensei em fazer isso, o grande desafio foi identificar a base de dados que poderia utilizar.

Busquei alguma base de dados sobre operações policiais, e a resposta que encontrei é que esse dado não existe. Esquece. Então recebi a sugestão de olhar os dados do Disque-Denúncia. Foi quando eu conheci o diretor do Disque-Denúncia e acabamos ficando muito próximos. Ao fazer esse trabalho, encontrei muitas bases de dados e acabei me encantando por tudo aquilo, apesar de ser só desgraça. Para mim, uma pessoa nascida e criada no Rio, o Disque-Denúncia me revelou um novo mundo, eram muitos lugares que nunca tinha ouvido falar. O noticiário mostra a Rocinha e as favelas da zona sul, mas tem muita coisa a ser estudada. A partir disso comecei a acompanhar o tema mais de perto. Depois, dois amigos começaram a avaliar o impacto da UPP, e me juntei ao projeto. Foi assim que eu entrei nos estudos sobre segurança.

Terceiro Milênio: Você tem colaborado com o setor público na formulação, implementação, avaliação de programas e políticas baseada em evidências na área de segurança pública, tendo sido diretora-presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro. Você foi a primeira civil e mulher a assumir esse cargo?

Joana Monteiro: Eu não fui a primeira civil a assumir o ISP. Durante muitos anos [2003-2008] o ISP foi presidido pela Ana Paula Mendes Miranda, que é professora da UFF. Acho que no seu primórdio foi a Jacqueline Muniz. Não sei se ela foi presidente, mas sei que ela teve um papel no início e que foi uma contribuição importante para o Instituto. O fato é que eu sucedi o coronel PM Paulo Teixeira, que ficou durante muito tempo e, quando eu assumi o cargo, a marca que sobressaiu foi a da gestão de uma não policial. Tirando a Ana Paula, a grande maioria dos dirigentes foi de policiais militares. Depois de mim, teve uma delegada, que foi substituída por outra delegada. Trabalhei em gestões de três diferentes secretários de Segurança Pública, e, nesse período, eu era a única não policial da equipe da Secretaria.

O ISP era uma autarquia da Secretaria de Segurança Pública, mas na prática eu era tratada como uma subsecretária. Isso foi algo muito positivo, porém não existia um mecanismo no ISP que dissesse que tinha que ser assim. A pessoa que me indicou para ser presidente do

ISP fomentou essa ideia de que o presidente do ISP deveria ser incorporado nas discussões, e por causa disso eu participava das reuniões estratégicas da secretaria. Acho que isso não aconteceu com os meus antecessores, porque quando cheguei o ISP era muito separado. Eu fiquei bastante alegre quando entrei no ISP, foi uma coisa muito inesperada para mim. Eu não fiz qualquer movimentação. Não conhecia ninguém. As pessoas ficaram perguntando quem é essa pessoa? De onde saiu essa pessoa? É filha de quem? Mulher de quem? Amante de quem para ter ganho esse cargo? (risos) Não tinha vínculo nenhum.

Terceiro Milênio: Como foi essa experiência de estar do outro lado, na gestão pública e na produção de estatísticas e indicadores de criminalidade do estado do Rio de Janeiro? Como você avalia a contribuição do ISP, o preparo e o desempenho dos gestores públicos frente aos problemas da segurança pública?

Joana Monteiro: Eu achava que ia trabalhar muito no ISP para fazer avaliação de programas na segurança pública e ajudar a desenhar projetos, mas nunca foi isso. O Instituto tinha muita coisa para ser feita do ponto de vista organizacional, de melhora dos processos internos e de facilitação da informação. No início, em 1999, 2000 e 2001, o ISP tinha uma característica de precursor. No entanto, quando eu entrei, em 2015, a forma como eles estavam fazendo consolidação de dados e organizando informação já estava defasada. Vou falar de forma concreta: na época se fazia consolidação de base de dados com planilha de Excel com vínculo. Hoje em dia não se faz mais isso; isso é feito por meio de *software* estatístico, que é muito mais seguro, exato e sistemático. A base de dados não era consolidada, e, portanto, tinha muita coisa que precisava ser feita. Grande parte da equipe estava voltada para o atendimento de demanda externa de informação, como pedido de jornalista e de pesquisador, que era um tipo de atendimento importante, mas era muito ineficiente da forma como era feito. Para se ter uma ideia, em um ano colocamos tudo online e caiu em 90% o volume dos pedidos. Tudo passou a ficar muito organizado, e a equipe ficou liberada para fazer outras coisas.

Quando cheguei, a primeira coisa que eu quis saber era se a polícia fazia policiamento de mancha criminal e se a polícia usava os dados. Eu descobri que o ISP era uma instituição distante. A equipe afirmava que fornecia os dados, mas que os policiais tinham muito pouco interesse. Como pesquisadora sentada na gestão do ISP, eu fiz basicamente duas pesquisas: uma foi sobre o uso de tempo da equipe, porque eles não paravam de dizer que

não dava tempo para fazer nada. Então, eu disse: “eu quero todo mundo por uma semana preenchendo planilha para saber como a equipe está usando o seu tempo, porque não estou vendo o que está sendo entregue com isso” (risos). Descobri que 80% do tempo era gasto com pedido de dados. Isso não fazia o menor sentido.

A segunda pesquisa foi sobre a alegação da equipe sobre o “baixo interesse” da polícia nos dados produzidos pelo ISP. Então planejei visitas aos batalhões para saber se isso era verdade. Coloquei duas pessoas para analisar qualitativamente os dados coletados nas visitas aos batalhões da região metropolitana. Eles voltaram impressionados com o que viram, pois os policiais estavam usando muita informação. Eles avançaram do mapa em papel e passaram a marcar os crimes, um a um, no Google Earth. Os policiais que trabalhavam na análise criminal passavam o dia todo montando mapa. Cada dia era um mapa. De novo, por ser pesquisadora, disse que não poderiam fazer daquela forma, porque não estavam acumulando informação e estavam vendo o padrão de um ou dois dias. Era necessário ver padrões de três ou quatro meses.

Outra coisa que eu falava é que a gente tinha um sistema no ISP que é o *ISP Map*. Eles diziam que as pessoas pediam mapas de calor e que a gente mandava pronto. Eu falava: não adianta ver um mapa; você faz de um jeito, ele quer ver de outro. A pessoa que tem que consumir a informação, não é a gente que vai ficar dando informação dura. Foi quando veio a ideia de termos um *software* que os policiais pudessem consultar diretamente. Na época tinha o *ISP Map*, mas a equipe do ISP dizia que ninguém usava. Quando fomos a campo, os policiais informaram que não usavam porque o nível de georreferenciamento era de 50% ou menos. Isso quer dizer que tinha um monte de ocorrência que não estava no mapa, por isso que eles não usavam. O problema não era que as pessoas não estavam usando e sim que o serviço do ISP estava ruim. Portanto, tínhamos que melhorar.

Passei um ano trabalhando no projeto da plataforma do ISPGeo. No início achamos que seria apenas uma plataforma geográfica, porém, depois de conversar muito com os policiais, percebemos que havia uma forte demanda para entregar a informação do sistema de metas na plataforma. A divulgação dessa informação era competência do ISP e isso fazia com que as polícias olhassem para gente, não para a secretaria ou outro lugar. Era o ISP que computava oficialmente os crimes para cumprimento das metas. Era a nossa informação que valia, e não necessariamente o que um policial do batalhão estava fazendo. Por isso ajudava muito ter uma plataforma de dados e as pessoas usarem. Alterar o processo

decisório é muito mais difícil que usar os dados, do que construir e facilitar o acesso aos dados. Nós buscamos apenas facilitar o consumo de dados.

Eu trabalhei no ISP durante quatro anos de crise fiscal completa no estado, primeiro com a gestão do José Mariano Beltrame e depois com a do Roberto Sá. Foi um período de muito desânimo, mas, por outro lado, esse projeto era o que dava para fazer, era muito barato. Não tinha investimento, não tinha nada. Nós fizemos uma parceria público-privada que foi liderada pelo Instituto Igarapé. Recebemos ajuda para comprar o software *ArGIS*, mas foi a equipe do ISP que desenhou tudo. Esse foi um processo muito interessante, porque aos poucos fui saindo da minha cabeça de pesquisadora de economia para me tornar pesquisadora de política pública e de gestão. Hoje, meus interesses estão muito mais focados no desenho e implementação de políticas, mas também vendo as coisas que estão fazendo diferença.

O desenho do ISPGeo fez muita diferença. Contamos com a experiência de um policial e um analista criminal que estavam há anos fazendo pequenos relatórios de análise criminal. Eles sabiam exatamente o que apresentar para as pessoas verem. Quando os policiais olhavam, diziam: “aqui tem a informação que eu queria e eu nem sabia que eu queria”. Nós colocamos pessoas que entendiam do negócio para desenhar essas ferramentas, que entendiam do problema, que é uma coisa que as vezes falta.

Eu tinha também um papel de assessora do secretário. Foi por esse motivo que mencionei que ele me deu um *status* de subsecretária, que participava das reuniões. Foi uma outra experiência paralela, porque eu era a não policial da sala. A composição da equipe variou muito ao longo do tempo, os subsecretários mudaram. Por dois anos fui a única mulher na equipe, além da assessora de comunicação, até que chegou a Helena Rezende, que era a subsecretária de Educação, Valorização e Prevenção. Ao longo desses anos fui participando de vários processos decisórios, vendo as dificuldades de negociações e restrições orçamentárias.

Acho que o ISP melhorou muito e entendo que a minha gestão contribuiu para essa melhora. Mas a gente nunca conseguiu atingir o patamar desejado, talvez porque eu tenha a barra muito alta. Na minha visão o ISP não chegou a ser um órgão que ajudou a desenhar programas públicos. A razão para isso, em parte, talvez tenha sido porque operamos em um período, na minha gestão, de altíssima restrição fiscal. Então, estávamos tentando

sobreviver. Outra parte é que algumas pessoas ainda têm um bloqueio muito grande ao considerar que política de segurança é polícia e sobre polícia quem decide é a polícia. Alguns gestores buscavam muito nosso apoio, como o secretário Roberto Sá, o subsecretário Roberto Alzir e o coronel Robson Rodrigues, quando foi comandante do Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, mas as polícias viam o ISP como um órgão externo, que fazia transparência de dados e não como uma instituição de apoio a eles. Fizemos um trabalho interessante de criar um monitoramento das UPPs com base em dados, mas que não chegou a ser utilizado no processo de decisão sobre quais UPPs seriam ou não descontinuadas.

Durante a intervenção federal, o novo secretário entendeu rápido o que a gente estava propondo a respeito do uso das manchas criminais, passou a adotar e viu que o ISP gerava uma boa imagem para a secretaria. Era fonte de agenda positiva, é o que eu quero dizer. Ele começou a fazer referência ao ISP, falava muito da gente, dando um *status* para a instituição. Quando terminou a intervenção, um coronel que era da área da inteligência me disse que usou muito o trabalho do ISP, que era praticamente o ISGeo, porque sem ele não tinha informação do que tinha no estado. De certa forma, o ISP tem um papel fundamental de prover informação sobre sistema de segurança, que na ausência dele é cego. Não tem informação sistemática do estado, cada local sabe o seu. Não quer dizer que não dá para melhorar, pois tudo que estamos vendo é com base no registro de ocorrência do 190. Nós temos várias dimensões do problema que não estão sendo vistas. Isso que eu acho que tem muita coisa que é possível de fazer e não foi feita por falta de visão e por restrição fiscal. A crise foi muito forte, o tempo inteiro.

Terceiro Milênio: Por utilizarmos o ISP, sabemos que a resposta é muito boa, principalmente quando comparado a outros estados que ainda não publicam dados online. É bom saber que o seu papel foi importante nesse processo de facilitar o acesso e rearrumar os dados.

Joana Monteiro: Na verdade, outro papel que eu tive de pesquisadora foi que eu já tinha demandado informação, então eu sabia o que as pessoas procuravam. Nós criamos o ISP Visualização para que o dado objetivo fosse consumido muito rápido, que era o que o jornalista demandava o tempo todo. Nós também construímos o ISPDados, que você faz o *download* de todos os dados, com os dicionários. A equipe interna do ISP não tinha

dicionários, a informação não era sistematizada. Por isso, eu falo que foi uma melhora dos processos internos, que se tornaram públicos.

Uma coisa que eu aprendi, já pegando esse gancho, foi que quando entrei no ISP eu não dava muito valor a transparência, mas essa era a parte central em que o ISP sempre operou, pois 95% do empenho do ISP era em prol da transparência e da organização de dados. A equipe do ISP falava para mim que o nosso principal papel era a promoção de transparência. Eu falava “eu sei”, mas a gente precisa ser capaz de prover informação para a polícia, para subsidiar decisão. Eu apostei muito nesse bloco. Até porque era a parte mais vazia. Hoje eu vejo que o que sustenta o trabalho que foi feito é a parte da transparência. Foram as únicas coisas que não voltaram atrás. O que está no site é muito difícil tirar.

Terceiro Milênio: O que você está dizendo é que o ISP produz informação, produz evidências que poderiam subsidiar as políticas que são formuladas pelas polícias, mas elas usam pouco. Até existem evidências, mas as políticas ainda estão distantes de serem formuladas com base nessas evidências.

Joana Monteiro: Muito distante. No máximo, se as polícias usarem os dados para identificar onde elas mais precisam já é uma grande coisa. Mesmo assim, muita coisa não é feita. Estou falando do Rio. Acho que em São Paulo se usa muito mais informação. Hoje em dia eu conheço muito bem os pontos quentes do Rio, porque eu já vi muito esses mapas. Vejo a polícia do Rio baseada nesses lugares. Acho que eles estão em um modelo de mapeamento que não se fazia antes. Não posso provar, é inferência de rua, de ver bastante coisa. Para mim foi muito difícil avançar, me questiono se é possível avançar hoje em dia. Acho que o ISP teria muito para fazer em termos de estudo de compreensão do fenômeno. Essa parte é muito difícil, não porque é difícil de executar, mas é difícil de divulgar. A assessoria de comunicação questionava cada relatório que a gente fazia, levantando a possibilidade de as informações serem mal interpretadas etc., não deixavam divulgar. Eu não pude divulgar pelo ISP o estudo de concentração de crime, porque eles falavam que “não pode dizer que é tão concentrado, vai parecer que somos incompetentes”. Mas é concentrado, o que a gente faz? (risos). A gente precisa falar sobre isso, as pessoas não sabem disso. A gente precisa falar. Na prática, quando você faz um estudo, você está falando para fora e essa foi sempre uma parte difícil. Hoje eu questiono se um organismo

de Estado consegue fazer essa divulgação externa de estudos produzidos dentro de um órgão executivo, que não seja a academia. Não sei se é possível fazer.

Terceiro Milênio: Você tem estudado e desenvolvido ações e programas para a melhoria da gestão e governança das instituições encarregadas na área de segurança pública e do sistema de justiça criminal. Um exemplo disso é o Projeto Farol, desenvolvido pelo Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ). Um dos enfoques do projeto era gerar dados sobre a atuação do MPRJ. Em artigo, você chama atenção para importância do monitoramento do fluxo dos processos do sistema de justiça criminal pelas instituições envolvidas. Quanto esse tipo de projeto provoca as instituições a se tornarem mais transparentes e a promoverem mudanças internas?

Joana Monteiro: Eu *superacredito* nesse tipo de projeto. O Projeto Farol é um bom exemplo de que só a estatística não vai mudar o mundo. Você precisa da decisão. Você precisa do componente de ter um gestor querendo tomar decisão com base naquilo. Eu hoje defendo que esse é o passo número um. Uma vez você tendo o gestor querendo fazer, depois você cria o mecanismo dos dados. Não adianta nós técnicos apenas gerando o relatório. Alguém nos ouve? Isso só funciona se estivermos no caminho da transparência pública. Publica o relatório e várias pessoas podem usar e pressionar.

O Farol foi produzido por demanda do Procurador-Geral. O projeto durou dois anos, mas teve um problema porque o segundo foi o ano da pandemia. Ficamos um tempo pensando se íamos desviar do que estávamos fazendo para fazer alguma coisa com a pandemia ou não. Acabou que tudo ficou pronto no penúltimo mês da gestão. Eu defendia muito que ou deveria pegar e dar transparência aos dados, ou iniciar um processo de reuniões de gestão por resultados para fazer aquilo. Final de mandato não dava mais para fazer gestão por resultados. Além disso, isso era uma coisa extremamente inovadora em um contexto de MP. Não convenci ninguém (risos). Como os promotores não têm essa cultura hierárquica, todo mundo tem sua independência funcional, algumas pessoas falavam assim: “isso não vai existir aqui”. Mas, eu respondia: “é o contrário; essa é a única alternativa, porque nós não temos nenhum mecanismo de prestação de contas”. Não vai funcionar minimamente, mas já vai dar para fazer uma movimentação.

Antes do Farol, a equipe do centro de pesquisa foi responsável pela análise técnica de contas de um processo de redirecionamento e reorganização de atribuições das

promotorias. A gente subsidiava o trabalho da Subprocuradoria de Planejamento. Eles diziam o que queriam fazer, e a gente ia subsidiando. Foi superinteressante e acho que tem uma importância que os membros do MP não entenderam ainda. Basicamente, nós compatibilizamos a área geográfica da procuradoria com a Área Integrada de Segurança Pública (Aisp). Eu expliquei ao MP que tinha uma coisa chamada Área Integrada de Segurança Pública, e o MP tem uma procuradoria criminal que deve estar conectada com essa área. Um promotor ou outro sabia o que era, mas a grande maioria não conhecia o conceito. Nós precisamos fazer isso porque, basicamente, essas promotorias que recebiam esses casos das delegacias eram extremamente criticadas por não trabalharem muito e por não terem qualquer mecanismo de prestação de contas.

A primeira demanda foi criar indicadores sobre a produtividade das promotorias, porém elas eram muito diferentes. Não adiantava comparar “banana com maçã”. Foi quando veio a ideia de que precisava dimensionar tudo para criar uma métrica de comparação entre elas. Basicamente, o que fizemos foi que cada Área Integrada de Segurança Pública tinha duas, três ou quatro promotorias dentro delas, e os casos eram distribuídos por sorteio. Dessa forma, essas promotorias ficaram comparáveis entre si, pelo tipo de caso que recebiam. Diferenças entre elas nas taxas de finalização seriam consequência de esforço do promotor. Isso foi feito, e o simples processo de organização fez com que um monte de gente pedisse para sair dessas promotorias; umas dez pessoas pediram para sair. Essas pessoas estavam trabalhando em um ambiente confortável e, depois da reorganização, não quiseram continuar trabalhando mais lá, porque o processo iria promover um mínimo de luz sobre o trabalho.

Nós criamos as métricas. Uma vez que você cria as métricas, é preciso rodar aquilo por um tempo, e também demora um tempo para as pessoas entenderem a lógica da prestação de contas. A gente tornou a informação pública, acho que eles não tiraram do site, mas interromperam a publicização de novos relatórios. Do ponto de vista do meio externo, da mídia, as pessoas não entendem direito o que o MP faz. Por isso, eu acho que o MP é muito pouco cobrado. Então, precisaria de pelo menos um ano explicando o que é aquilo.

Por exemplo, teve uma vez que eu estava com uma promotora, e ela tinha voltado para a atividade finalística, ela estava reclamando que um par dela não trabalhava, um par que estava com atribuição semelhante. Eu mencionei a importância do Farol para esse caso, e

ela respondeu “eu entendi isso que você fez, mas esse negócio não serve para mim”. Ela queria dizer que não servia para ela fazer as denúncias, que aquilo não era uma gestão de informação para ela tomar decisão. Eu respondi: “eu sei que não é, tem outro objetivo”. O objetivo do Farol é o gestor de cima ver a performance institucional, e dei um exemplo: “me diz qual o número do colega que tem atribuição semelhante à sua”. Ela tinha o dobro da taxa de denúncia. Eu falei: “Você está vendo? Isso aqui é para isso. Um indicador objetivo do que você está me dizendo”. Mas isso foi na última semana que eu estava lá. Esse é um processo de aculturação, e o gestor da instituição ou a corregedoria precisa usar. A maioria dos promotores nem tomou conhecimento do que foi feito.

Eu *superacredito* que essas coisas são transformadoras. Mas, o processo de fazer acontecer é zero trivial, é muito difícil. Precisa de um gestor, um tomador de decisão. Se o tomador quer fazer, você faz em seis meses. As coisas começam a andar. É outra coisa difícil de explicar para as pessoas, difícil de as pessoas entenderem. O primeiro relatório vai estar ruim, as pessoas irão dizer que isso não serve para medir etc. Então me diz como você acha que dever ser medido... algumas coisas irão dar para ajustar, e outras não, você vai melhorando. Após um ano que aquilo vai ficar bom. Entendeu? É um processo de refinamento muito grande. As pessoas interrompem no meio, por isso é muito difícil também. A primeira vez que eu apresentei um relatório das métricas de denúncia, um promotor levantou a mão e falou: “isso está errado”. Eu perguntei “por que está errado?” Falou na má-fé para dizer que a equipe tinha feito a conta errada. “Você está dizendo que a minha promotoria no último mês teve 20 denúncias, mas está errado. Na verdade, teve 35”. Eu perguntei: “Mas você registrou no sistema?”. Ele disse: “não”. Respondi: “então, sinto muito, mas até você registrar, eu só consigo dizer sobre o que você fez uma vez que você coloque no sistema oficial da instituição”. Mas as pessoas vão utilizando essas pequenas coisas para minar o trabalho. Então, é difícil.

Terceiro Milênio: Recentemente, você fez uma avaliação sobre o efeito da política de câmeras corporais adotadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Quando você começou esse trabalho existia a vontade do gestor público, não é? No entanto, no meio do caminho mudou a gestão, e ela se reposicionou. Sabemos que existe uma pressão sobre os governos estaduais no sentido de adotarem essa política, mas nem sempre os estados respondem a essa pressão da maneira mais adequada. Então, queríamos conhecer um pouco sobre essa sua experiência em São Paulo e saber qual a sua percepção a respeito da adoção dessa política em outros estados.

Joana Monteiro: Bom, o projeto de avaliação dessa política de câmeras corporais de São Paulo foi o primeiro que fiz nessa minha nova vida. Eu não estava mais no MP. Já estava na Fundação Getúlio Vargas, onde estou tentando, sim, fazer projetos com o governo e com quem esteja pensando e desenhando programas diferentes, alternativos, inovadores, e queria que esses projetos funcionem. O caso das câmeras corporais foi um projeto desenhado pela Polícia Militar de São Paulo por muitos anos. Eu vi no jornal a PM anunciar que faria as compras das câmeras, então perguntei ao Leandro Piquet Carneiro: “será que eles não teriam interesse de avaliar?”. O Leandro fez contato com o coronel Robson Cabanas Duque, que era o líder do projeto, e na primeira reunião ele foi incrivelmente receptivo. Entendia o que é avaliação de impacto, disse que queria fazer, que queria gerar evidências. Ao longo de todo o processo, o coronel Cabanas foi um grande parceiro, que abriu todas as portas dentro da polícia.

Teve uma coisa que foi bastante desafiadora: a polícia não pode assinar um acordo de cooperação com uma universidade em São Paulo, isso só pode acontecer via secretaria de segurança. Na época a gente estava negociando com a FGV um mega-acordo com a Secretaria de Segurança que demorou dois anos para ser assinado. Com isso, a gente não conseguiu oficializar essa parceria. Tinha carta de interesse, mas não tinha um convênio formal. O coronel Cabanas foi incrível em todo o processo, porque ele queria ver acontecer, tinha um interesse genuíno. Foi ele que fez toda a mediação para termos acesso aos dados. Por causa dessa questão burocrática, a liberação do acesso acabou demorando muito. Até chegamos a ter acesso virtual em que a gente via o API (*Application Program Interface*), mas no fim a gente acabou fazendo a nossa análise com os dados públicos, porque o que a gente fez com esse API foi interrompido.

A gente começou isso só no final de 2022 e, basicamente, o que a gente queria gerar eram variáveis objetivas de níveis intermediários de uso da força e tentar classificar um pouco as ocorrências. Esse processo era muito difícil, tinha muita interação etc. Acabou que o que a gente fez se perdeu. Ficou tudo dentro de uma máquina dentro da PM, e quando mudou o comando o acesso foi cortado, sob o argumento de que não tinham mais interesse em levar essa pauta. Nós divulgamos o relatório no início de dezembro de 2022, pela FGV, e teve uma cobertura brutal.

Acho que teve um papel importante de segurar o governo eleito, que estava querendo recuar muito com a câmera. Com a pressão pública ele não conseguiu, o que não quer dizer que ele ainda não possa retirar. Mas, se posicionou claramente que não gostaria de continuar estudando o assunto. A gente teve que suspender. Nós queríamos continuar, até porque tinham vários dados que eram públicos. Identificamos um efeito muito importante dessa política de São Paulo, usando grupo de tratamento e controle, uma coisa muito difícil de se achar, que foi um impacto de 57% na redução de mortes, que é um negócio assim gigantesco.

Há uma pressão muito grande para que outros estados adotem essa política. Sou muito cética na capacidade da câmera de ser um diferencial nos outros estados. Falo isso, de novo, pelo estado do Rio de Janeiro, que em seis meses já implementou câmera em tudo que é lugar. A gente não consegue fazer uma avaliação de impacto como fez em São Paulo, porque eles expandiram muito rápido, então não tem grupo controle. Mas aqui no Rio, as câmeras não provocaram uma megarredução. Se você olhar a série antes e depois, a redução foi de 15%, comparado com o mesmo período do ano passado. É outro nível de controle. É um engano achar que só a câmara faz diferença. Não faz. Não tem como. Ao fim e ao cabo é o que acontece em uma ocorrência, quando não tem uma câmera e deveria ter: alguém será responsabilizado por aquilo, alguém será cobrado por não ter a câmera? Não será. Duvido que será aqui no Rio de Janeiro. Uma vez que você entende que não precisa ter imagem, você não tem mais imagem. Você vira para o lado e não grava etc. Vai ficar por isso mesmo. Assim como o caso que estamos vendo em São Paulo [Operação Escudo na cidade do Guarujá]. Se o comando não quiser usar, não vai usar. Meu entendimento é que se você não cumprir o protocolo, você está descumprindo um procedimento administrativo que é interno, se o comandante não quiser punir não tem como. Fica assim. Se tem alguma coisa que eu aprendi no governo é que sem liderança não há o que os outros possam fazer. Se ela estiver neutra talvez a gente consiga. Se ela não quiser, não tem como.

O coronel Cabanas enfatizava: “não foi só isso, foram muitas outras coisas”. É um processo de amadurecimento institucional muito grande. Mas, as câmeras de fato em São Paulo atuaram em uma margem que estava faltando. Ela era um diferencial muito grande. Eu diria que no caso da Polícia do Rio há outras margens que precedem o uso da câmera, como toda a estrutura que tem em São Paulo e deveria ter no Rio, como o controle de

todas as ordens de serviço. Nós não temos isso no Rio. Acho que essa reorganização é mais barata e vem antes do emprego das câmeras.

Terceiro Milênio: Gostaríamos de falar sobre violência nas escolas. Infelizmente, esse tipo de violência não é um problema novo, mas esses sucessivos ataques em escolas brasileiras têm chamado atenção dos governos, legisladores e público em geral. No entanto, até o momento, o que temos visto são propostas de mais polícia nas escolas e aumento de punição. Em termos de políticas públicas, na sua opinião, o que pode ser feito para efetivamente reduzir a violência nas escolas?

Joana Monteiro: No caso das escolas, tem o problema da violência no entorno, um problema bem do Rio, que eu estudei no doutorado e que não se vê em muitos estados. Em áreas conflagradas, toda a parte relativa aos tiroteios e assaltos acaba influenciando as escolas. Mas quando a gente fala de violência na escola é sobre aquilo que vai acontecer ali dentro, como aquele padrão de violência importado dos Estados Unidos, que é a pessoa que faz um atentado na escola. Quem estuda isso diz que essas pessoas tiveram alguma conexão com a escola, mas são alunos tipicamente externos, podem até terem sido ex-alunos. Não são pessoas que frequentam escolas. Tem estudos que dizem que esse comportamento é fomentado por rede social, tendo acesso a arma ou não. É um problema bem desafiador, mas ainda muito raro no Brasil, felizmente.

Acho que quando a gente pensa na patrulha escolar é para essa pessoa de fora que está tentando entrar na escola, ou seja, ter alguém para proteger. O grande volume de problemas que temos nas escolas é de alunos com comportamento violento, que tende a ampliar de escala. A pesquisa sobre saúde escolar do IBGE mostra uma incidência de 11% dos alunos que foram vítimas de agressão na escola, nos 30 dias anteriores, sendo 4% de vítimas por arma branca, algo superalto. Esse é o contexto que vitimiza uma professora, um profissional de educação e outros alunos, que afeta todo o ambiente escolar e atrapalha o aprendizado das crianças.

Para esse problema, nós precisamos implementar programas de redução de comportamento violento. No exterior, você tem uma grande aposta em programas de terapia cognitivo-comportamental e de construção de laços com a família, um programa que busca trazer a família mais para a escola. As pessoas tendem a gostar muito disso, mas acho que é bastante desafiador fazer um programa desse acontecer, porque todo mundo é

muito ocupado. É muito difícil trazer a família para a escola. Não é coisa trivial. Têm todas as coisas de mediação de conflito, como os instrumentos que a escola deve ter para mediar conflitos ao longo do tempo.

Nós visitamos cinco escolas em São Paulo. Confesso que fiquei bastante surpresa: não esperava que em São Paulo tivesse um número tão elevado de comportamento violento de alunos. As escolas foram escolhidas a dedo, mas era uma coisa muito presente na vida das diretoras no segundo ciclo fundamental. São alunos que vêm para a escola trazendo essa bagagem violenta das suas casas e da suas comunidades. Eles são criados em ambiente muito agressivo e violento, e aquilo vai-se refletindo no comportamento deles. A escola é onde eles externalizam o que trazem desses ambientes.

Acho que hoje é fundamental pensar em programas sobre comportamento violento nas escolas. Primeiro, porque está afetando a escola. Segundo, porque as escolas, para mim, são o principal órgão de intervenção no contato com crianças e jovens, e esse espaço pode ser empregado para a redução do comportamento violento. A literatura internacional mostra que, muitas vezes, são comportamentos automáticos. Você tem uma lógica automatizada de ser violento, e qualquer coisa que o afete, você bate, você agride. Hoje há estratégias, programas que buscam reduzir essa automaticidade. Eu acho que nós temos que caminhar para isso. Mas estamos muito longe. Temos que desenhar programas, validar, testar... vamos ver. Esse assunto entrou pesado na agenda desse ano. Eu achei que ele iria sair rápido, mas estou vendo que há persistência, quem sabe. O problema é que a gente sempre vem com as mesmas estratégias, como a de aumentar o número de patrulha escolar. A gente acha que só polícia consegue resolver o problema de segurança pública.

Terceiro Milênio: Sim, por isso essa pergunta. Os projetos de lei no Legislativo têm frequentemente proposto o aumento de punição, de patrulhamento e de equipamentos de segurança nas escolas, como aqueles mecanismos de detecção de metais usados em aeroportos. Quanto isso custaria aos órgãos públicos?

Joana Monteiro: Na época desses atentados em escolas, eu estava fazendo um projeto em Saquarema, que é um município de 100 mil habitantes no Rio. Passado um mês, o secretário disse que tinha gastado 300 mil reais em horas extras para colocar um policial em cada escola. Olha quanta coisa não dava para usar esse dinheiro em um município com 100

mil pessoas. Eu conversei com vários profissionais de segurança na época, e todos falaram: “a gente sabe que é inútil, mas a gente tem que colocar, porque a pressão pública é enorme”.

Terceiro Milênio: Gostaríamos de voltar a esse assunto do aparato da segurança pública do Rio de Janeiro, explorando sua perspectiva de dentro e de fora do governo. Além disso, você também teve oportunidade de conhecer São Paulo e outros estados do Brasil. Na sua opinião, quão bem ou mal organizadas ou estruturadas estão as polícias civil e militar, em especial quando comparadas a outros estados?

Joana Monteiro: Acho que o que me ajuda a responder essa pergunta é que nos últimos dois anos eu tive a oportunidade de conhecer outras polícias, como você falou. A questão de equipamentos mudou muito da época que eu estava no governo, porque foi uma época de muita restrição fiscal. Então era assim: o que quebrava ficava quebrado. Não era nem o que você não comprava, você não repunha o que quebrava. Foi um período que você entrava em algum batalhão e tinha 20 viaturas paradas. Não tinha dinheiro para comprar colete, não tinha nada. Isso mudou completamente. O Rio de Janeiro recebeu uma fortuna durante a intervenção federal e comprou muito equipamento. O atual governador está colocando muito dinheiro na segurança. Muito mesmo. Tanto em termos de comprar equipamentos, quanto de dar horas extras. Hoje, grande parte do salário do policial é com base no RAS (Regime Adicional de Serviço). Têm várias outras remunerações. Outro dia, o governo fez um informe publicitário dizendo que investiu um bilhão em tecnologia na segurança pública do Rio. São valores exorbitantes. Quanto disso ele colocou? Está dizendo que próximo disso.

Acho impressionante quando você compara os policiais do Rio com os de outros Estados. O nível é muito diferente. Vou usar a expressão de economista para ser menos dura: a formação de capital humano do Rio de Janeiro é muito deficiente, muito deficiente. São Paulo está a anos luz de diferença, mas não é só São Paulo não. Recentemente, fiz projetos com a PM do Paraná, que é muito boa, e fui ao Ceará, onde também percebi a diferença. O policial do Rio de Janeiro ficou muito brutalizado nessa história de guerra às drogas. Não é só brutalizado, é traumatizado por conta desse envolvimento. Acredita que isso é problema de tudo. O policial do Rio acredita que o tráfico de drogas é o maior problema e que todos os problemas do Rio são explicados pelo tráfico de drogas. Isso não é verdade. Têm

inúmeras cidades com tráfico de drogas tão pujante que não têm isso. Têm inúmeras cidades que têm problemas de segurança e não têm tráfico de drogas tão pesado.

Os policiais do Rio estão muito presos às discussões do passado, e não sofreram qualquer atualização. Foram zero expostos a tudo o que foi discutido sobre segurança pública internacionalmente nos últimos 30 anos. As pessoas fazem referência ao *Broken Windows* (teoria das janelas quebradas), que é de 1980. Essa teoria já foi superada e é supercriticada hoje em dia. As pessoas repetem isso como se fosse a grande evidência que foi. Não tem nenhum processo de formação continuada dentro das polícias. Claro que as polícias continuam fazendo CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) e CSP (Curso Superior de Polícia) na Polícia Militar. Na Polícia Civil é mais errático, porque a promoção não está claramente condicionada ao curso, como na PM. Muitos desses cursos, os policiais vão fazer em outro Estado, ou porque é mais fácil, ou porque se fizer no Rio não ganha dispensa de trabalho para fazer o curso, como é o caso da Militar. A formação de tiro no Rio de Janeiro é quase inexistente. A gente gasta todo o dinheiro em veículos, armas e munições. Estamos gastando ínfima parte dos recursos financeiros em formação de gente, em formação continuada. Eu não me canso de me impressionar de como a diferença é enorme para os outros Estados.

O que é muito impressionante no Rio é a brutalização do policial, que você não vê em outros Estados. Agora em São Paulo voltou a ouvir isso, que é a história do dano colateral. As pessoas se referem com a maior naturalidade do mundo que o cidadão morreu por conta de dano colateral, algo importado do Exército.

Terceiro Milênio: Qual sua opinião sobre essa política lançada pelo governo do estado do Rio de Janeiro que irá premiar policiais civis e militares que apreenderem fuzis em serviço ou durante a folga remunerada e que institui o bônus de R\$ 5 mil por fuzil retirado de circulação?

Joana Monteiro: Gostaria de lançar uma discussão sobre a história do fuzil que é o seguinte: por que em vez de premiar apreensão de arma, a gente não premia denúncia à Justiça de um processo de comercialização ilegal de arma de fogo? No momento em que você premia arma de fogo, você está estimulando operação policial. Você está dizendo para a polícia: “vai lá para a ponta e pegue a arma na força física”. O debate público é impressionante. O Globo fez um editorial no domingo dando parabéns para essa política,

alegando que o problema da gente é a arma, que a gente precisa desse tipo de coisa. Nosso problema é a arma?! (risos). Mas não é assim que a gente vai retirar a arma de circulação. Não é esse tipo de ação que a gente quer estimular. A gente quer estimular investigação sobre arma de fogo. É impressionante a dificuldade de fazer investigação. Você pode pagar dez vezes mais por uma investigação bem feita de arma de fogo que vai sair bem mais barato para o governo.

Terceiro Milênio: A queda da taxa de homicídios foi algo bom que aconteceu na área da segurança pública. Em São Paulo, por exemplo, essa queda tem sido registrada desde os anos 2000 e vem sendo seguida por outros Estados. Na sua opinião, a gestão da segurança pública contribuiu para esse resultado?

Joana Monteiro: Eu acho que sim, mas é muito difícil afirmar isso porque nós temos poucas evidências. Não é que a gestão não contribuiu, nós é que temos muito pouca evidência para dizer o que foi que fez efeito na queda dos homicídios. São Paulo teve uma queda muito grande e nunca é um fato só, têm vários fatores contribuindo. É um fato que a polícia ficou mais profissional. É um fato que o monopólio criminal diminui o crime. É um fato que mudou a demografia. É um fato que aumentou o controle de arma na periferia de São Paulo. Então, é isso tudo. Aí vira uma questão de ter método estatístico para medir a contribuição de cada um.

Eu acho que a gente tem uma queda expressiva de homicídios no Brasil nos últimos cinco anos, que a gente entende menos ainda, por ser uma mudança de patamar muito forte. Realmente, a gente não entende o que aconteceu. Acredito em duas coisas que parecem contraditórias. A primeira é que grandes variações de taxa de homicídios são decorrentes de disputas entre grupos criminais. Eles fazem as taxas variarem loucamente. Fortaleza, por exemplo, sai de uma taxa de 70 para 35 por 100 mil habitantes. Não foi só por conta de política de segurança. Ela subiu para 70 por conta de disputa de grupos e está fazendo parte de um processo de reversão da média por causa disso. Quando a gente vê um gráfico com essa queda, a gente tem a tendência a achar que a política não pode ser responsável por essa variação de 50% de um ano para o outro, tem que ter um componente forte, como disputa de grupos. Nós temos cidades no Brasil com variações assim, que não são cidades pequenas, mas que têm volume expressivo de homicídios que mudam de 50% de um ano para outro.

A outra coisa que eu defendo, mas ninguém chegou perto de fazer, é que a gente deveria começar a classificar os homicídios em disputas entre grupos e disputas interpessoais. Eu apostaria que dependendo do Estado que você está, da cidade, essa composição varia muito. Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro vai ser, em geral, disputa entre grupos. Mas, por exemplo, em municípios pequenos eu diria que o interpessoal seria maior. O desafio para esse tipo de análise é que você tem o interpessoal que é mediado pelo traficante. Não foi o tráfico que motivou o homicídio, mas a morte é decorrente do tráfico. Dito isso, eu acredito muito em dois tipos de políticas que podem funcionar. A primeira é o sistema de gestão de resultados, que prioriza a redução de homicídios e acho que tem um efeito brutal. A segunda é a repressão condicionada, que é a ideia de colocar o policiamento em lugares com alto índice de homicídios. É como se a polícia estivesse dizendo para os criminosos: “estou aqui porque você matou muito”. Muitas polícias fazem isso, mas não estão com o mecanismo claro na cabeça. São Paulo fez muito isso. Você começa a priorizar os locais de concentração de homicídio para distribuição do policiamento. A polícia vai no lugar que tem muito homicídio, e o grupo criminoso entende que as pessoas precisam parar de morrer para parar de receber a visita da polícia. Aquilo é uma combinação entre ter uma polícia mais eficiente e ter um grupo gerenciando a área de forma eficiente. Se o grupo não gerenciar a área de forma eficiente e viver brigando, ele não consegue participar dessa combinação.

Mas acho que muito da nossa política pública está nessa repressão condicionada. Essa é uma coisa que a gente tem que falar. É uma ideia que vem do exterior, mas a gente deveria falar mais sobre essa ideia, porque às vezes as polícias fazem por intuição. A base dessa ideia vem de David Kennedy. Segundo ele, para que o criminoso mude seu comportamento ele precisa entender o que não deve fazer. Se ele não entende o que não deve fazer, não tem como mudar o comportamento.

Vou contar uma historinha que eu escutei no Ceará semana passada que exemplifica isso. O Ceará está fazendo várias coisas, mas eles têm uma coisa muito clara em mente, porque tudo o que eles fazem é para redução CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais) e CVP (Crime Violento Patrimonial). Isso é muito falado pela secretaria. Eu visitei uma cidade pequena, e o bom de cidade pequena é que eles sabem tudo, e conversei com uma pessoa que me disse: “eu tive no meu município esse ano três CVLIs”. Então eu pedi para ele me contar o contexto do último. Ele explicou que era um cara que estava agredindo a mulher recorrentemente e os vizinhos e a mulher ligavam, recorrentemente, para a polícia, que ia

intervir no caso de violência doméstica. Porém, chegou uma hora que o traficante disse: “eu não quero mais a polícia aqui”. Ele matou o agressor da mulher.

Acho que esse tipo de coisa é muito mais preponderante do que a gente imagina. Eu digo que é a combinação entre repressão condicionada com governança criminal. Algumas coisas a polícia que vai ser responsável por mudar a atitude das pessoas. As vezes é a polícia que está induzindo não propositalmente, como nesse exemplo. Explicar isso parece muito difícil, porque dependendo da pessoa para quem eu for explicar isso, ela vai achar que a polícia está fazendo parceria com traficante para que ele resolva o problema. Não é isso! Não tem pacto nenhum. O que tem é indução de comportamento.

Terceiro Milênio: Muito interessante essa abordagem de repressão condicionada. Isso já existe, mas não se tem consciência de que isso está sendo feito. Agora esse resultado da governança criminal ... (risos) é o que você falou: nós não temos mecanismos para medir isso. Isso acontece muito mais do que a gente imagina.

Joana Monteiro: Vou dar um exemplo. No Rio de Janeiro caiu muito o número de crimes nos últimos três anos. As pessoas estão perguntando: o que aconteceu? Não sei. Não foi estudado. A parte de redução de roubo foi grande, a parte de ostensividade da polícia aumentou muito no Rio. O que explica? Precisa medir. Não mede.

Terceiro Milênio: É muito claro que aumentou o número de policiais nas ruas do Rio de Janeiro.

Joana Monteiro: Chama atenção a quantidade de policial que tem no Rio. Você conta isso para as pessoas e as pessoas dizem “que ótimo, que incrível esse governador”. Mas isso custa uma fortuna e não necessariamente é efetivo. Talvez a gente esteja com uma dose muito maior do que necessária.

Terceiro Milênio: David Bayley fala sobre essa questão do efetivo policial lá nos anos 1980, dizendo que sempre há espaço para colocar mais policial, mas qual a medida necessária? O governo tem sempre esse discurso de intensificar o policiamento.

Joana Monteiro: Você falando isso, daria uma ótima métrica da qualidade policial. É saber se ele acredita nisso. Até vou usar. Porque um policial que é bem treinado sabe que isso não é necessariamente verdade. Um policial que não tem uma boa formação vai dizer que é

óbvio que melhora se colocar mais policial. Eu já escutei essa resposta de várias pessoas, “é claro que vai reduzir o crime na mesma proporção”.

Terceiro Milênio: É verdade, o governo ainda trabalha com essa resposta de aumentar a quantidade de policiais e do gasto público sem necessariamente avaliar esse impacto. Nós já falamos sobre a letalidade policial, mas ainda gostaríamos de explorar mais esse lado da gestão pública. A letalidade ou morte por intervenção policial é um fenômeno muito diferente do homicídio. A pergunta anterior foi se a gestão pública influenciou a queda do homicídio. Agora gostaríamos de explorar um pouco sua percepção sobre o controle da gestão sobre o homicídio por intervenção policial. Quais seriam os caminhos para controlar esse fenômeno?

Joana Monteiro: Ótima pergunta. Acho que você tem toda razão: é outra coisa. Morte por intervenção policial é uma variável direta de controle da polícia. Então, é assim: quando ela quer, ela diminui. O líder, em especial, tem uma interferência brutal nisso. Só a série história do Rio mostra isso. Mostra o que foram os diferentes líderes. Na gestão pública eu vi isso. Secretário que falou “não pode” e secretário que falou que “não vou admitir que ninguém seja criticado por isso”. Só esse posicionamento são mensagens, que não são subliminares, são mensagens explícitas.

Dito isso, é um mecanismo de controle. Por isso, eu acho muito mais eficiente do que botar câmera corporal, do que condicionar dinheiro na redução de morte violenta por intervenção policial. O governo federal deveria estar fazendo isso para ontem. Não custa dinheiro nenhum. Não tem quem coloque teto para esse tipo de morte. Quem não cumprir não ganha transferência de recurso federal. Não fazem por questões políticas.

Outra coisa, eu estive recentemente na Bahia que ganhou os holofotes do Brasil porque conseguiu bater o Rio de Janeiro em número de mortes. Esse é um fenômeno muito mal discutido. Não diria entendido, mas muito mal discutido. Você conversa com o comando da Bahia e a resposta é que temos várias facções e o Comando Vermelho é que enfrenta muita gente. No Ceará também tem. Vários outros estados do nordeste também têm, mas não têm o mesmo número de mortes que a Bahia. Não pode ser essa a explicação. Claro que tem que explicar, mas tem que ser uma abordagem um pouco mais sofisticada do que essa explicação. Eu acho que violência policial está relacionada a uma polícia de baixo controle. Acho que é impressionante a nossa dificuldade como sociedade em entender

como o uso excessivo da força está relacionado com corrupção. Luiz Eduardo Soares que fala muito isso: se você dá o direito para a polícia matar quando ela quiser, você está dando para ela o maior mecanismo de negociação que você pode dar para um policial da ponta, que é tirar a vida da pessoa. Você abre um leque de barganha gigantesco para o policial da ponta. Então, isso não pode ser feito. É diferente de dizer que o policial estava em uma situação de risco etc. Tem coisa que eu já vi policial falando: “eu estava em uma ocorrência e os policiais entraram na mata. Não enxerga nada na mata. Vocês queriam que a gente fizesse o quê? Não estava enxergando”. Então, eu perguntei: “existe alguma chance de você entrar no confronto na mata, onde você não estava enxergando e mais de uma pessoa não morrer?” A resposta foi: “dificilmente, não”.

A pergunta não é por que você atirou. A pergunta é por que você entrou na ação. Essa é a ideia de análise de dano que a gente não faz. Você ouve direto aqui no Rio: “você queria que eu recebesse o traficante com flores?”. Não. São situações que não são evitadas, porque não se quer reduzir os danos das ações. Porque é aceitável. A gente tem que caminhar muito. Acho que esse debate só vai avançar quanto tivermos mais debate na sociedade e entre as polícias. Argumenta-se o tempo todo que a sociedade está batendo palma para isso, e, de certa forma, está.

Terceiro Milênio: Muito obrigada, Joana, por ter aberto esse espaço e nos contado sobre sua rica experiência. Nós e os leitores da Terceiro Milênio jamais teríamos conhecimento disso por um artigo seu.

Joana Monteiro: Eu que agradeço a vocês por tomar um tempo para registrar isso. Para mim foi ótimo. Foi um prazer enorme estar aqui.

Patricia Burlamaqui

Doutora em Ciência Política pela UFF (2020). Bolsista de Extensão do País do CNPq – Nível B do Núcleo Norte Fluminense do INCT Observatório das Metrópoles e pós-doutoranda da Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF.

Tânia Pinc

Pesquisadora Associada da Escola de Segurança Multidimensional da USP, doutora e mestre em Ciência Política, major da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo.